

Fundos Comunitários: Qual o caminho?



**Manuel
Reis Campos**

Presidente da CPCI
– Confederação
Portuguesa da
Construção e do
Imobiliário

No último Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia, relativo ao terceiro trimestre de 2019, é possível constatar que, de acordo com os números oficiais, a taxa de compromisso dos fundos comunitários programados do Portugal 2020 se situa nos 86%, ou seja, de uma dotação orçamental de 25,8 mil milhões de euros, foram já aprovados 22,2 mil milhões de euros. Porém, a taxa de execução global é de apenas 40%, correspondendo a menos de metade do total aprovado.

Recordo que, no limite, estes fundos terão de ser utilizados até ao final de 2023, pelo que estamos a iniciar uma fase decisiva para o seu pleno aproveitamento. E, em domínios como Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, estamos a falar de uma taxa de execução de 28%, pelo que se exige um grande esforço e rigor na sua gestão.

Ao mesmo tempo, está também aberta a discussão do novo ciclo de programação para o período 2021-2027. Se, por um lado, executar o Portugal 2020 é uma questão crítica num momento em que o investimento público precisa de ser impulsionado, por outro, é absolutamente imprescindível definir um planeamento e uma calendarização de todos os projetos que o País pretende concretizar. Como é possível debater de forma adequada as necessidades do País para os próximos 8 anos, se metade dos recursos do ciclo anterior estão, ainda, por aplicar?

É por esse motivo que, desde logo, defendemos a definição do Plano Nacional de Infraestruturas para 2030, como uma tarefa prioritária para este novo Governo. E considerámos o Orçamento do Estado para 2020 um instrumento

determinante para que se possa assistir a outro dinamismo do investimento público. Note-se que, nos primeiros dez meses de 2019, o total de concursos de empreitadas de obras públicas que foram promovidos, ou seja, objeto de anúncio em Diário da República, ultrapassou os 3,5 mil milhões de euros, 71% mais que o verificado no ano passado. Mas, os contratos celebrados no âmbito de concursos públicos atingiram apenas 1,6 mil milhões, um valor que é menos de metade do montante do total promovido. É necessário reduzir, de forma gradual, o diferencial entre concursos e contratos, de forma a que as empresas possam, atempadamente, ajustar a sua capacidade de resposta.

Quando o investimento público é assumido na Europa como o instrumento fundamental para contrabalançar o abrandamento das economias mundiais e para tornar o espaço europeu mais competitivo e mais sustentável, Portugal não pode continuar à margem deste caminho. As necessidades de investir na conectividade internacional, no ambiente, na coesão e competitividade territorial ou no combate às alterações climáticas são uma realidade à vista de todos. Os fundos europeus constituem uma oportunidade que deve ser aproveitada e as empresas, em especial o tecido empresarial da Construção e do Imobiliário, tem de saber, desde já, com o que pode contar, de forma que, a exemplo do passado, se possa posicionar e dar a resposta que o País precisa. Elevadas taxas de compromisso e anúncios de concursos públicos, de pouco ou nada servem se não forem acompanhados por um adequado planeamento e execução.